

**A TEORIA DA CLASSE OCIOSA: O QUE NOS DIZ VEBLEN SOBRE
NATUREZA E COMPORTAMENTO HUMANO, CONSUMO, ESPORTE E
LAZER**

Recebido em: 29/09/2009

Aceito em: 23/02/2010

*Aline Barato Cheluchinhak¹
Fernando Renato Cavichiolli²*

Universidade Federal do Paraná (UFPR/CEPELS)
Curitiba – PR – Brasil

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo apreender as idéias preconizadas por Veblen em “A Teoria da Classe Ociosa” e pensar sua aplicabilidade em estudos que envolvem esporte e lazer na atual sociedade de consumo. Para tanto, reproduzimos e analisamos a obra enfatizando o que o autor nos diz sobre a natureza e o comportamento humano, sobre o consumo, sobre o esporte e o lazer. Na atualidade, além dos limites da racionalidade instrumental e da importância dos hábitos, as contribuições veblenianas que nos parecem mais importantes dizem respeito às relações entre cultura e a racionalidade. Pesquisas nesse sentido permitirão o desvendamento das motivações dos agentes quanto à sua conduta como consumidores do esporte e do lazer, em todas as formas como se manifestam tais fenômenos em nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Natureza. Atividades de Lazer. Meio Ambiente.

**THE THEORY OF THE LEISURE CLASS: VEBLEN’S IDEAS ABOUT
NATURE AND HUMAN BEHAVIOR, CONSUMPTION, SPORTS AND
LEISURE**

ABSTRACT: The aim of the present study is to understand the ideas defended by Veblen in “The Theory of the Leisure Class” in order to think about their applicability on studies about sports and leisure inside the present consumption society. Veblen’s ideas about nature and human behavior and also about consumption, sports and leisure are analyzed and reproduced in this study. Beyond the limits of instrumental rationality and the importance of the habits, the most important Veblen’s contributions are the ones about the relations between culture and rationality. Researches about this issue may allow the discovery of the agents motivations related to their conduct as sports and leisure consumers, in all the ways these phenomena occur in our society.

KEYWORDS: Nature. Leisure Activities. Environmental.

¹Mestranda em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná UFPR/CEPELS – Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade – e bolsista da CAPES.

² Professor Doutor do Departamento de Educação Física UFPR/CEPELS/REDE CEDES.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o esporte e o lazer têm sido objetos de estudo em discussões no meio acadêmico-científico, sendo reconhecidos como importantes manifestações culturais da humanidade em intenso e contínuo desenvolvimento.

Há esforços da mencionada comunidade no sentido de compreender, ampliar e democratizar práticas de esporte e lazer que atendam às necessidades sociais e individuais – a despeito de todo o tipo de interesses envolvidos na questão e das divergências quanto ao posicionamento de estudiosos em relação às diferentes abordagens que deram origem ao debate.

Esse movimento pode ser associado à constatação de que estudos sobre os referidos fenômenos podem constituir-se em instrumentos para a análise do comportamento humano e da sociedade, bem como para a promoção da saúde.

Entendemos que a criação/existência/satisfação das necessidades sociais e individuais de lazer envolve “hábitos de consumo”, os quais estão ligados aos “estilos de vida”, sendo que ambos têm estreita conexão com a cultura, no sentido de que ela aborda muito mais do que aquilo que os indivíduos fazem de fato; ela comporta também, e principalmente, as ideias que eles têm em comum acerca do que fazem e sobre os objetos materiais que usam.

Ressaltamos a relevância e a atualidade da obra de Thorstein Bunde Veblen (1857 – 1929), “A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições”, publicada em 1899, como importante referencial teórico em estudos acerca do consumo de bens materiais e culturais. A referida obra tem sido fonte de pesquisa e objeto de reflexão para muitos autores brasileiros. Foi por meio dela que os conceitos de ócio e consumo conspícuos foram difundidos e passaram a fazer parte dos discursos de alguns pesquisadores da área da Educação Física que utilizam autores das ciências sociais. Há,

entretanto, pontos importantes do seu pensamento, no que diz respeito à conduta humana, pouco explorados por tais estudiosos.

Os conceitos acerca dos temas abordados têm chegado ao aluno da graduação por meio de releituras de autores-pesquisadores que participam da comunidade acadêmica. Esses leram e analisaram as fontes originais para que pudessem discutir conceitos, considerando as condições em que foram preconizados. E dirigem-se uns aos outros pressupondo tal conhecimento, utilizando-se de uma linguagem a que estão habituados e de expressões ou termos que reportam ao contexto onde foram originalmente utilizados. Não tendo “bebido na mesma fonte”, ficam os aprendizes à margem do debate acadêmico, pois o máximo que conseguem é reconstituí-lo superficialmente e divulgá-lo do modo como o apreenderam. Dessa forma, é comum a repetição de jargões e interpretações que passam longe, muitas vezes, da significação que pretendia, tanto quem criou tais conceitos como quem discorreu sobre eles.

Decorre daí nosso interesse em aprofundar os conhecimentos acerca dos temas em questão, buscando informações em fontes originais, a começar pela obra citada, questionando: 1) o que nos diz Veblen sobre a natureza e o comportamento humano, sobre o consumo, sobre o esporte e o lazer? 2) como se aplicam suas ideias na atualidade?

O presente trabalho tem por objetivo apreender as ideias preconizadas por Veblen em sua obra “A Teoria da Classe Ociosa” (1974) e pensar sua aplicabilidade na atualidade.

A estrutura do texto que segue reflete o caminho percorrido durante a leitura. Assim, a princípio, temos a reprodução e análise da obra enfatizando seus aspectos mais relevantes. Em seguida abordamos a atualidade e aplicabilidade do pensamento do autor em estudos sobre o consumo do esporte e do lazer.

A COMPREENSÃO DA “TEORIA DA CLASSE OCIOSA”

De início, é preciso esclarecer que esta obra de Veblen (1974) é um estudo econômico, como ele próprio enfatiza, não só no subtítulo, mas no decorrer de suas considerações a respeito dos diversos temas ou assuntos nela abordados.

Exemplificamos:

Este estudo não tem por objeto os primórdios da indolência nem o aparecimento de artigos úteis para o consumo individual. Seu objeto é a origem e natureza de uma classe ociosa convencional, de um lado e, de outro, o início da propriedade individual, como um direito convencional ou um apelo a seu reconhecimento. (VEBLEN, 1974, p. 289)

Oliveira (1995) chama a atenção para essa questão:

[...] talvez, um destes imprevistos pudesse estar na enorme acolhida que a obra alcançou entre estudiosos do lazer, tornando-se referência obrigatória na área. Não, evidentemente, que isso fosse imerecido e sim que não foi nesta direção que a obra foi concebida. Não é ela, em termos próprios, uma reflexão do lazer. Já no subtítulo, o autor especifica tratar-se de um estudo econômico, embora nem todo editor tenha zelado para preservar este registro. (OLIVEIRA, 1995, p. 23)

Não podemos deixar de valorizar a estratégia utilizada por Oliveira (1995) na recepção que faz da obra, confrontando o texto traduzido com sua versão original a fim de evitar equívocos de interpretação, em função de problemas de tradução que pudessem comprometer as ideias originais de Veblen.

Carmo (2002) aponta uma situação em que, segundo ele, um equívoco de interpretação, teria levado Joffre Dumazedier (1979), em “Sociologia Empírica do Lazer”, a responsabilizar Veblen pela confusão entre conceitos de lazer e ócio, alegando que o lazer supõe a existência de trabalho profissional e o ócio o nega. Com razão,

Carmo (2002) argumenta que, para Veblen, lazer e ócio são sinônimos, de forma que a crítica de Dumazedier (1979), seria resultado de uma leitura pouco cuidadosa.

De acordo com Oliveira (1995), a valorização do lazer no texto de Veblen se revela antes na construção teórico-metodológica do que nos enunciados. Se não se trata de um estudo do lazer e sim de instituições sociais nos Estados Unidos, em fins do século XIX, pondera, também não deixa de ser relevante perceber que foi graças à visibilidade proporcionada pelo consumo improdutivo do tempo (ou seja, do lazer para Veblen) que sua tese pode ser construída. E isso faz do esporte e do lazer campos propícios para o desvelamento de questões sociais, dissociados do trabalho.

O interesse central da obra se volta para temas ligados à estratificação e à mobilidade social, ao surgimento da classe ociosa e, ainda, às relações dessas duas questões com a consolidação da propriedade privada.

Transitando por diferentes estágios culturais, sem marcas temporais precisas, Veblen (1974) demonstra como ocorreu esse processo. Conforme o autor, a sociedade humana, durante sua evolução, passou por quatro estágios culturais: selvageria pacífica, bárbara, predatória e pecuniária.

As façanhas, as proezas, o espírito belicoso: o hábito de ver sob a ótica da luta

Mesmo nos primeiros estágios da cultura bárbara, apesar de não se encontrar a classe ociosa claramente definida, os usos, motivos e circunstâncias que resultaram na sua instituição, anunciavam o início de sua evolução. Já existia diferenciação de funções, que era a base de uma estratificação social. Naqueles estágios a classe superior ainda estava, de alguma forma, vinculada ao trabalho.

A diferenciação econômica era marcada pela distinção (de caráter competitivo) entre as ocupações femininas e masculinas. Por costume inabalável, enfatiza Veblen (1974), as mulheres eram forçadas às tarefas que, no estágio seguinte, seriam as ocupações industriais. Os homens se ocupavam da guerra, da caça, dos esportes e rituais de devoção. Explica que na cultura bárbara mais primitiva, apesar de os trabalhos feminino e masculino contribuírem igualmente para a subsistência do grupo, de o trabalho dos homens ter o mesmo caráter produtivo do trabalho das mulheres, não era assim considerado aos olhos deles e da comunidade. Para aquelas tribos, o trabalho masculino era honroso. O esforço da caça, que envolvia proeza, não podia ser igualado às atividades rotineiras das mulheres.

Inferimos daí que uma atividade tem o significado que a ela atribui tanto o indivíduo quanto a sociedade da qual faz parte.

Esse senso profundo de disparidade entre o trabalho masculino e feminino, essa discriminação nas ocupações estará presente na divisão em classes – uma ociosa e uma trabalhadora – na cultura bárbara mais alta. As funções dessas mulheres correspondem àquelas que, em estágios mais avançados, viriam a ser as industriais (desempenhadas pela classe inferior). Já as funções masculinas subsistiriam nas tarefas classificadas como não industriais.

É importante ressaltar que, para o autor, do mesmo modo que a divisão de classes resulta da distinção entre trabalho feminino e masculino – nos estágios iniciais do barbarismo – a forma mais primitiva de propriedade seria a dos homens capazes sobre as mulheres.

O autor menciona, também, a existência de grupos que apresentavam traços de selvageria primitiva: uma cultura diferenciada das comunidades bárbaras – em seu modo de vida – pela ausência de uma classe ociosa e da atitude espiritual em que se

apóia a sua instituição. Tais grupos eram pacíficos, sedentários, e não tinham a propriedade como traço dominante.

Veblen (1974) aponta que a ausência da classe ociosa e das condições necessárias ao surgimento dela nessas comunidades indica que o seu surgimento – gradual – se deu durante a transição da selvageria para o barbarismo (de um modo de vida pacífico para um modo de vida guerreiro).

O ponto de partida da sua análise é a sociedade norte-americana no final do século XIX. Segundo ele, mesmo numa moderna comunidade industrial, a diferença indicada ainda persistia como preconceito corriqueiro – o que se comprovava, afirma, pela aversão que se tinha às tarefas servis.

Para o autor, os princípios que regem o estilo de vida das classes ociosas estão presentes na história das sociedades, mudando apenas a forma de expressão, em razão do interesse dominante do tempo que os focaliza.

Nos primeiros estágios da cultura, a força física do indivíduo era muito importante para seu modo de vida. Por isso esse elemento era valorizado. Tanto que, aliado ao temperamento, influenciou na divisão do trabalho. A caça e a luta – de natureza predatória – eram atividades ligadas à proeza, ao espetacular. Assim, o trabalho masculino não tinha caráter produtivo, mas correspondia à aquisição pela força de substância nova. E uma vez assim estabelecido, qualquer atividade que não envolvesse proeza tornava-se indigna do homem por não ser honrosa. Firmada a tradição, o senso comum da comunidade passava a aceitá-la como regra de conduta. Da mesma forma, as tarefas que não denotavam proeza ou que implicavam subserviência ou submissão eram consideradas indignas. A função de moldar a matéria (trabalho assíduo, uniforme, rotineiro) não exigia proeza.

Fica claro que a discriminação entre as classes coincide com a discriminação entre os sexos. Segundo Veblen (1974), tal discriminação era ofensiva e injusta, principalmente pela conotação desagradável que ganhava o trabalho. De acordo com o autor,

Os fundamentos de determinada discriminação e o critério na classificação dos fatos mudam à medida que a cultura evolui; isso porque muda o fim em função do qual se apreendem tais fatos, mudando o ponto de vista dominante. Em suma, os traços salientes e decisivos de um tipo de atividade ou de uma classe social num determinado estágio de cultura não terão a mesma importância relativa para os fins de classificação num estágio subsequente (VEBLEN, 1974, p. 283).

Ele esclarece que a mudança de padrões e pontos de vista é gradual, sendo que os mesmos dificilmente são, de todo, eliminados. A discriminação entre ocupações industriais e não-industriais percebida pelo autor em sua sociedade seria a manifestação da forma transformada daquela entre proeza espetacular e trabalho desagradável e rotineiro dos primeiros estágios da cultura bárbara. A guerra, a política, o culto público e os espetáculos populares, na sua época (há apenas um século), continuavam sendo consideradas atividades não produtivas. Da forma como ele via, na sociedade da qual fazia parte, ninguém sentia a utilização coerciva do homem pelo homem como sendo uma função industrial, entretanto classificava-se como atividade industrial todo o esforço que tinha por fim valorizar a vida humana por meio da exploração do ambiente não humano.

De fato, os padrões e os pontos de vista dificilmente são eliminados de todo e a mudança nesse sentido se dá a longo prazo. Persiste ainda em nossos dias, por exemplo, o preconceito em relação à prática esportiva pelo sexo feminino daquelas consideradas “masculinas” – herança do passado. Lembramos aqui, também, das “líderes de torcida”. A existência desses grupos e o “entusiasmo” que despertam nos espectadores e nos jogadores deve ter algum significado.

Em sua análise, o autor nota que os conceitos de dignidade, valia e honra – aplicados a determinados indivíduos ou determinadas atividades – eram fundamentais no tocante ao desenvolvimento das classes e também ao desenvolvimento das diferenças entre elas. E para explicar a origem e a significação daqueles símbolos de *status*, assim expôs seu fundamento psicológico:

O homem por necessidade seletiva é um agente. Ele se vê a si próprio como o centro do desenrolar de uma atividade impulsiva, de uma atividade “teleológica”. Ele é um agente que em cada ato procura a realização de algum fim concreto, objetivo, impessoal. Sendo um tal agente, ele tem preferência por atividade eficaz e repugnância por esforço fútil; sente o mérito da eficiência e o demérito da futilidade, do desperdício, da incapacidade. Esta atitude ou propensão pode-se denominar de instinto de artesanato. Sempre que as circunstâncias ou as tradições de vida levam a uma comparação habitual entre indivíduos, no tocante à eficiência, o instinto de artesanato resulta em emulação ou disputa entre eles. A extensão deste resultado depende, de modo considerável, do temperamento da população. Nas comunidades em que usualmente se fazem tais comparações, o sucesso se torna em si mesmo, desejável pela sua utilidade como base de estima social. O indivíduo ganha estima e evita censura tornando bem evidente a sua eficiência. O resultado é que o instinto de artesanato produz demonstração emulativa de força (VEBLEN, 1974, p. 286).

A compreensão desse fundamento é necessária porque dela decorrem reflexões importantes sobre o tema que abordamos no presente trabalho.

Monastério (2005) considera que a análise do comportamento humano feita por Veblen consiste em uma das mais relevantes contribuições para a teoria econômica. De acordo com ele, na abordagem Vebleniana, uma análise do comportamento humano deve incorporar estas duas formas de relação: a razão suficiente e a causa eficiente. Em sentido equivalente, afirma, a conduta humana é motivada por fatores racionais e habituais, conjuntamente. Nessa concepção de homem, os elementos que o compõem (instintos, hábitos e racionalidade) estão interligados.

Oliveira (1995) definiu as propensões que Veblen denominou também de instinto de artesanato:

Trata-se da propensão íntima dos homens em selecionar e agir, discernindo bem os esforços que geram futilidades das práticas eficientes, aquelas capazes de por em evidência as proezas e, assim, de granjear respeito e aumentar a auto-estima. O instinto de artesanato produz, então, uma emulação de força, que se realiza, entretanto, de diferentes modos, conforme o estágio cultural de cada comunidade (OLIVEIRA, 1995, p. 24).

Naquelas comunidades, habitualmente pacíficas, num estágio primitivo de desenvolvimento social, já que o mesmo não tinha um sistema desenvolvido de propriedade privada, o indivíduo mostrava eficiência cooperando para melhorar a vida do grupo. Só havia oportunidade e o estímulo à emulação em serviço industrial.

Quando a comunidade pacífica se tornou predatória, as condições de emulação se modificaram, a comparação tornou-se mais impiedosa e, ao mesmo tempo, cada vez mais aceita. Os sinais visíveis da proeza foram internalizados. Como a ação agressiva era a mais valorizada, os despojos simbolizavam o ato da agressão. A posse de objetos úteis e serviços obtidos pela força ou fraude eram considerados dignos enquanto o trabalho produtivo e a prestação de serviço a alguém eram deméritos. O trabalho assumiu um caráter desagradável pela indignidade que simbolizava.

Veblen (1974) supõe que sempre tenha existido luta, inclusive nos estágios mais primitivos de desenvolvimento social. Na transição do estágio pacífico para o subsequente, a guerra passa a ser aceita e valorizada, o que, segundo ele, é comprovado pelos hábitos dos grupos primitivos. As lutas são acentuadas pela natureza humana, diz ele.

Diante da possibilidade de objeções quanto à existência de um suposto estágio inicial de vida pacífica, o autor esclarece que se referia à existência de um estado de espírito habitualmente belicoso, a um hábito dominante de ver sob a ótica da luta.

Caracteriza como pacífica a vida de um grupo em cujo pensamento a luta habitual não é um traço dominante. Um grupo pode ou não adotar uma atitude

predatória; mas uma vez adotada, o seu esquema de vida será o predatório. Gradualmente aumentarão aptidões, hábitos e tradições predatórias, devido às mudanças de vida no grupo e de circunstâncias que reproduzem a preferência desse modo de vida ao modo de vida pacífica.

A ostentação da riqueza, o ócio e o consumo conspícuos: o incessante exercício da emulação

Segundo o autor, de acordo com a teoria econômica, o objetivo da aquisição e acúmulo de bens seria a subsistência (consumo ou a satisfação de necessidades físicas e espirituais). Para ele, entretanto, “o motivo que está na base da propriedade é a emulação” (VEBLEN, 1974, p. 291). Na sociedade industrial, a posse da riqueza conferia honra. Isso quer dizer que ocorreu uma mudança psicológica: os hábitos dos seres humanos voltaram-se para a acumulação de bens porque isso era sinônimo de sucesso.

Sendo a propriedade a base da estima popular, tornou-se também elemento indispensável ao respeito próprio. Afirma Veblen (1974) que, devido à sua natureza, o homem não se conformaria com o aumento geral de riqueza na comunidade que fosse suficiente para satisfazer as necessidades de todos, pois suas necessidades individuais refletem sempre o desejo de sobrepujar os demais, a fim de ostentar sua honorabilidade. Essa luta tem como base uma comparação odiosa de prestígio entre indivíduos. Conforme o autor, “comparação odiosa é o processo de estimativa das pessoas relativamente ao seu valor” (VEBLEN, 1974, p. 295).

De acordo com Monastério (2005), Veblen sustenta que as instituições têm um papel coercivo sobre a conduta dos indivíduos. A influência das instituições sobre o

comportamento individual ocorre por dois canais: impondo normas sociais que restringem sua conduta e agindo sobre os desejos dos agentes. O agente, ao buscar aceitação do grupo social em que está inserido, tem um comportamento restringido pelas normas em vigor. As instituições que não são neutras quanto à formação das preferências, influenciam a formação dos desejos dos indivíduos. O desejo de cada agente seria o resultado de suas características inatas e da sua experiência de vida que se realizam dentro de uma malha institucional e de circunstâncias materiais.

Resumindo, Veblen apontou para a importância das instituições na conduta humana e para o papel dos hábitos no processo decisório individual. As instituições estariam como que se internalizando a medida que forjam as preferências individuais.

A relação entre as instituições e a racionalidade, efetiva-se dessa maneira não só mediante as restrições impostas pelas normas sociais, mas também mediante esses mecanismos de internalização.

No estágio subsequente (de atividade quase-pacífica), o sustento do grupo deixou de depender de atividades (como a caça) que remetiam à façanha e à proeza. A riqueza tornou-se, então, o fator importante de diferenciação social e a emulação passou a envolver esse elemento. Foi no momento dessa transição (de um estágio predatório para o pecuniário) que se deu a instituição da classe ociosa de forma consumada, apresentando como traço característico a isenção conspícua de todo trabalho útil.

Segundo ele, para essa classe constituída de indivíduos que, por opção, podiam se isentar do trabalho útil, a riqueza e o ócio não eram desejados apenas por si, para a satisfação das necessidades físicas e espirituais; o objetivo maior era ostentá-los para conseguir uma posição honorífica na sociedade. Era preciso evidenciar tal riqueza ou poder aos olhos dos outros se abstendo de todo e qualquer trabalho útil, de qualquer atividade relacionada à produtividade econômica. E para sentir-se satisfeito, o indivíduo

da classe ociosa tinha de viver em ambiente decente, ocupando-se de atividades compatíveis com uma vida mental elevada.

É importante pontuar aqui como era entendido por Veblen o ócio. Diz ele: “o termo ócio, na conotação que tem neste estudo, não implica indolência ou quiescência” (VEBLEN, 1974, p. 300). Significa simplesmente tempo gasto em atividade não-produtiva.

Em cada estágio de desenvolvimento, conforme esclarece o autor, a prova do trabalho produtivo corresponde a um determinado bem material (um artigo de consumo, geralmente). Em se tratando do ócio, assume a forma de bens imateriais: talentos, habilidades, conhecimentos e capacidades. O caráter honorífico das atividades não produtivas pode ser associado aos talentos, habilidades, conhecimentos e capacidades reconhecidamente próprios dos membros da classe ociosa, porque eram adquiridos e aprimorados à custa do emprego de tempo, de esforço e de dinheiro. O conhecimento de línguas mortas, o conhecimento do vestuário, da mobília, as boas maneiras, o conhecimento da música e de outras artes, da linguagem, o hábito da boa educação, os jogos, os esportes, todas essas práticas eram sinais de “bom nascimento”, pois pressupunham o dispêndio de energia, tempo e dinheiro que aqueles que se ocupavam do trabalho produtivo não tinham.

Para mostrar o seu distanciamento das classes inferiores, a classe ociosa acabou por cultivar o gosto pelo aprendizado, visando um comportamento cada vez mais requintado e se especializou quanto à qualidade dos bens (imateriais e materiais) a serem consumidos, impondo seu padrão como referência de bom gosto e de distinção.

Quando uma categoria de indivíduos pode, por livre arbítrio, abster-se do trabalho útil, a riqueza e o lazer são desejados, acima de tudo, com o intuito de

ostentação. O consumo, portanto, corresponde cada vez menos à necessidade material e cada vez mais à busca por *status* social.

Veblen chama a atenção para o fato de que nas modernas comunidades industriais, a classe ociosa estava no topo da estrutura social, sendo a mais considerada. Logo, o seu modo de vida e seus padrões de valores ditavam a toda comunidade as normas da boa reputação. Observar tais padrões passava a ser incumbência de todas as demais classes inferiores da escala. Assim, na tentativa de “imitar” o estilo de vida da camada social imediatamente superior à sua, o chefe de família da baixa classe média, por exemplo, obrigava-se, por força das circunstâncias econômicas, a trabalhar excessivamente para garantir o ócio e o consumo pela esposa e filhos em nome da sua boa reputação. De acordo com a análise do autor, até mesmo nas classes mais pobres, beirando à indigência, as mulheres ainda conservavam a prática do consumo, apesar da impossibilidade de ócio.

De qualquer forma, Veblen foi capaz de prever o surgimento futuro de uma sociedade altamente consumista – a atual sociedade de consumo – quando afirmou:

Na comunidade moderna há também uma frequência mais assídua de grandes reuniões de gente que desconhece o nosso modo de vida, em lugares tais como a igreja, o teatro, o salão de baile, os hotéis, os parques, as lojas e semelhantes. A fim de impressionar esses observadores efêmeros e a fim de manter a satisfação própria em face da observação deles, a marca da força pecuniária das pessoas deve ser gravada em caracteres que mesmo correndo se possa ler. É, portanto, evidente que a presente tendência do desenvolvimento vai na direção de aumentar, mais que o ócio, o consumo conspícuo (VEBLEN, 1974, p. 321).

Veblen (1974) relata que durante a cultura “quase-pacífica” o ócio manteve uma posição muito acima do consumo supérfluo de bens como opção de demonstrar superioridade sobre os outros. Daí em diante, o consumo passou à frente e manteve primazia até os seus dias, embora ainda estivesse longe de absorver toda a margem da produção acima de um mínimo de subsistência.

Para ele o relativo declínio observado no uso do ócio conspícuo como base de boa reputação, resultou não só do relativo aumento de eficácia no consumo como prova de riqueza, mas também de outro fator, presente em todos os homens: o instinto de artesanato, considerado, em certa medida, uma força que se opunha ao exercício do dispêndio conspícuo. Isso quer dizer que o instinto de artesanato passou a moldar a opinião dos homens sobre o que tinha mérito ou não. Como consequência ocorreu uma mudança (principalmente de forma) no ócio conspícuo praticado pela classe ociosa moderna em relação àquela classe ociosa da fase “quase-pacífica”. A energia que primeiro tinha vazão na atividade predatória seria dirigida para algum fim ostensivamente útil, pois o ócio ostensivamente inútil passara a ser condenado. Entretanto, aquela regra de boa reputação que desaprovava todo o emprego voltado ao esforço produtivo, ainda não permitiria qualquer emprego substancialmente útil ou produtivo. A solução era, então, recorrer ao fictício. E junto com a ficção do emprego útil, segundo Veblen, estaria presente na atividade da classe ociosa um elemento mais ou menos apreciável de esforço útil dirigido para algum fim importante.

Um dos aspectos que não podem passar despercebidos na obra de Veblen, de acordo com a leitura de Oliveira (2002), é a desvinculação entre aquilo que uma determinada racionalidade administrativa define como útil e supérfluo e a necessidade percebida pelos homens em sua vida diária. Assim, num artigo que, aparentemente, seria apenas de ostentação, poderíamos encontrar propósitos de utilidade – ocorrendo também o inverso.

Veblen (1974) destaca que o dispêndio conspícuo diz respeito ao gasto com coisas supérfluas, pois não haveria mérito em consumir apenas coisas necessárias à vida. Para explicar o sentido que quer dar ao termo supérfluo, explicita-o:

O emprego do termo “supérfluo” é a certos respeitos infeliz. Tal como é empregado na vida cotidiana, traz um timbre de condenação. É usado aqui à falta de um termo melhor, que descreva adequadamente a mesma série de motivos e fenômenos, e não deve ser tomado num sentido odioso, como se implicasse um dispêndio ilegítimo de produtos ou de vida humanos. De conformidade com a teoria econômica, o dispêndio em questão não é mais nem menos legítimo do que qualquer outro. Aqui se denomina “supérfluo”, porque esse dispêndio não serve à vida humana ou ao bem estar do homem em sua totalidade, não porque seja um desperdício ou um desvio de esforço, ou dispêndio segundo estes se encaram do ponto de vista do consumidor individual que por ele optar. Escolhendo-o, isto encerra a questão da sua relativa utilidade, comparada esta com outras formas de consumo não condenadas por causa da sua superfluidade. Seja qual for a forma preferida de consumo, ou o fim colimado mediante essa preferência, a sua utilidade para o consumidor se baseia na virtude dessa mesma preferência. Do ponto de vista do consumidor individual, a questão do gasto superfluo não ocorre propriamente no âmbito da teoria econômica. Assim, pois, o emprego da palavra “supérfluo” como termo técnico, não implica condenação dos motivos ou dos fins buscados pelo consumidor sob esta regra de dispêndio conspícuo. Mas em outros setores, é digno de notar-se que o termo “supérfluo”, na linguagem corrente, implica a condenação daquilo que se caracteriza como “gasto superfluo”. Esta implicação senso-comum é um afloramento do instinto de artesanato. A reprovação popular do gasto superfluo equivale a dizer que, a fim de estar em paz consigo próprio, o homem comum deve ser capaz de ver em qualquer esforço ou prazer humanos uma intensificação da vida e do bem-estar em sua totalidade. A fim de obter aprovação irrestrita, qualquer fato econômico deve primeiro ser aprovado no teste da sua utilidade impessoal – utilidade do ponto de vista genericamente humano. A vantagem relativa ou competitiva de um indivíduo em comparação com outro não satisfaz a consciência econômica, e, por conseguinte, o dispêndio competitivo não obtém a aprovação da consciência (VEBLEN, 1974, p. 326-327).

Oliveira (2002) esclarece, ainda, que a posição de Veblen encontra respaldo na teoria dos instintos – que ele define como impulsos humanos para a realização de uma dada finalidade. Os instintos direcionam as vidas humanas, levando-as a agir de forma a superar a equação entre prazer e culpa ou entre custo e benefício. Seria este um meio de conciliar livre curiosidade com pensamento científico, o que conduziria para uma vida social mais harmoniosa.

Veblen criticava a teoria econômica tradicional e as práticas de consumo em sua sociedade. Considerava superfluo qualquer dispêndio que não fosse indispensável à subsistência, ou seja, entendia como superfluo qualquer dispêndio decorrente de uma

comparação pecuniária invejosa, não sendo, para ele, necessário que a pessoa que incorresse em tal dispêndio assim o considerasse. Esclarece que era comum que algum elemento do padrão de vida primariamente supérfluo acabava se tornando na vida do consumidor uma necessidade vital, tornando-se tão indispensável quanto qualquer outro artigo de seu dispêndio habitual. Segundo ele, para a indispensabilidade desse tipo de coisa – depois que o hábito e a convenção tinham se formado – estava posta; pouco importava se o dispêndio era classificado como supérfluo ou não supérfluo na significação técnica da palavra.

Nesse sentido, um gasto “habitual” deveria ser classificado como supérfluo na medida em que o costume sobre o qual repousasse pudesse ser atribuído ao hábito de comparação invejosa, na medida em que só tivessem se tornado habituais e normativos com o apoio do princípio de reputação pecuniária ou sucesso econômico relativo. Em suas palavras:

Obviamente não é necessário um determinado objeto de dispêndio ser exclusivamente supérfluo a fim de se alinhar na categoria de gasto ostensivo. Um artigo pode ser útil e supérfluo a um tempo, e a sua utilidade para o consumidor pode constar de utilidade e superfluidade nas mais variadas proporções. Os bens consumíveis, e até mesmo os bens produtivos, geralmente revelam os dois elementos combinados, componentes que são da sua utilidade; conquanto, de modo geral, o elemento “superfluidade” tenda a predominar em artigos de consumo, enquanto o contrário é verdadeiro em se tratando de artigos destinados ao uso produtivo. Mesmo nos artigos que à primeira vista parecem servir apenas à pura ostentação, é sempre possível captar a presença de um propósito útil, pelo menos ostensivo; e, por outro lado, mesmo na maquinaria e nas ferramentas inventadas visando a algum processo particular, bem como nos mais grosseiros aparelhos da indústria humana, os traços de consumo conspícuo ou, pelo menos, o hábito da ostentação, usualmente se tornam evidentes em face de um escrutínio mais atento. Seria arriscado afirmar que um propósito útil está sempre ausente da utilidade de qualquer artigo ou serviço, por mais óbvio que seja o desperdício ostensivo do seu propósito original e principal elemento; e seria apenas um pouco menos arriscado afirmar em relação a qualquer produto originalmente útil, que o elemento de desperdício nada tenha a ver, imediata ou remotamente, com o seu valor (VEBLEN, 1974, p. 327-328).

Certamente o exposto serviu de inspiração a Gebara (2002) na construção do texto “Veblen, Adorno e as Bicicletas”, no qual ele reflete sobre o problema da adaptação do homem ao mundo da técnica industrial e a conseqüente uniformização do consumo denunciada por Veblen e Adorno.

A crítica de Gebara (2002) a Veblen (1974) e a Adorno (1998) encontra apoio no argumento de Dyson (1998), segundo o qual a ação propulsora do conhecimento pode ser a diversão. Gebara afirma que Veblen e Adorno podem ter subestimado inúmeras possibilidades de resistência aos aspectos bárbaros da cultura, e em especial da cultura de massas, exatamente por compartilharem de um certo ceticismo em relação aos processos de aprendizagem e sua relação com as emoções humanas. Para eles, diz Gebara, o consumidor ao se divertir era envolvido por uma rede de dominações induzindo a aspirações minimalistas; isto é, o lazer tornava-se um mecanismo de manipulação dos processos de individualização, uniformizando-os irresistivelmente.

Gebara (2002) procura destacar pontos que não foram discutidos por Veblen e Adorno, por meio de um simples exemplo do cotidiano das pessoas:

No caso das bicicletas, e de muitas formas de lazer e de esportes, o conhecimento necessário para produzi-los pode estar sendo incorporado concomitante a sua prática. Na verdade o ser humano se emociona aprendendo; ainda que estas emoções possam ser diferenciadas, elas se expressam em múltiplos sentimentos. [...] Andar de bicicletas tem a ver com equilíbrio de um sistema que não apenas se renova tecnologicamente, mas sobretudo mantém seus mais profundos vínculos com o passado, quando as estradas ainda não existiam. Todos os tipos de bicicletas (de uso, de carga, de passeio, *cross*, para não ir muito longe) para todos (homens, mulheres, crianças, duplas) continuam a ser construídas em todos os lugares do mundo. Todas mantêm seu potencial de divertimento, basta pedalar e construir o equilíbrio! (GEBARA, 2002, p. 6-7)

Ainda apoiado em Dyson (1998) – para quem a integração entre as tecnologias e a vida das pessoas não é um fenômeno isento de contradições e múltiplas direções – Gebara (2002) argumenta que muitas inovações tecnológicas instauradas a partir do

comportamento das elites são gradualmente democratizadas e incorporadas como benefício para o restante da população, tratando-se, na verdade, de um modelo de circulação cultural no qual comportamentos e hábitos avançam pelos diferentes agentes sociais, constituindo uma sociedade altamente permeável, na mesma medida em que multiplicam-se configurações de convivência entre seus indivíduos.

Teoricamente todo o desenvolvimento industrial está fundamentado na transformação da ferramenta simples em máquina; o modelo de análise é bem conhecido. O artesão controla suas ferramentas, assumidas como extensões de seus corpos, com seu próprio ritmo de trabalho. Na medida em que se acoplam mecanismos de transmissão (correias, polias) e mecanismos de geração de energia (rodas d'água, geradores elétricos) às ferramentas existentes instaura-se um novo ritmo de trabalho baseado no surgimento das máquinas; daí para a maquinaria e as grandes indústrias foram alguns saltos. A questão é que toda a indústria moderna, assim como todo produto industrial moderno integra-se nessa mesma dinâmica; talvez a bicicleta possa ser uma das exceções; ela não apenas depende de uma fonte de energia humana (bicicletas motorizadas não fizeram sucesso, tão pouco fizeram sentido) como também depende do ritmo e do equilíbrio humano para manter o sistema funcionando. Mais ainda, são sem dúvida um produto de uso das massas, não sei se integrados ao que chamaríamos de indústria cultural, ou de fetiche da mercadoria. Talvez algumas bicicletas usadas pela elite possam ser; será que os milhões de chineses e indianos que estão pedalando nesse momento utilizam ou possuem bicicletas tendo em vista o consumo conspícuo? (GEBARA, 2002, p. 5)

Concordamos com Gebara no sentido de que é preciso prestar maior atenção ao fato de que o prazer e a diversão constituem-se em aspectos importantes da vida humana, de modo que as pessoas buscam envolver-se em atividades que possibilitem a vivência desses elementos. É bom lembrar que, como atividade, o consumo dos membros da classe ociosa não estava necessariamente associado a prazer, diversão ou relaxamento.

Consideramos importante enfatizar que a análise feita em a “Teoria da Classe Ociosa” se deu num contexto social político econômico diferente do atual. Apesar de ter acertado quanto à previsão de uma sociedade cada vez mais consumista, ainda há muito

que se descobrir sobre as “reais” motivações de determinados grupos ou indivíduos ao consumirem bens materiais e culturais.

O padrão de vida pecuniário, as regras do gosto e a expressão de uma cultura: um olhar de reprovação

Ao longo da obra, Veblen (1974) reforça constantemente a ideia de que o ser humano, movido pela competição, quer sempre mais:

[...] o padrão de vida que em geral governa os nossos esforços, não são os gastos ordinários comuns, já alcançados; é o consumo ideal pouco além do nosso alcance, ou cujo alcance requer um certo esforço. O motivo é a competição – o estímulo de uma comparação individual que nos instiga a sobrepujar aqueles que estamos habituados a considerar como pertencentes à nossa classe. A mesma proposição é substancialmente expressa na observação comum (em voga) de que cada classe inveja e compete com a classe logo acima dela na escala social, enquanto que raramente se compara com a que fica debaixo ou muito acima (VEBLEN, 1974, p. 329-330).

O autor acrescenta que a mudança dos hábitos populares de pensamento leva tempo. O processo que resulta na alteração da atitude habitual das pessoas seria mais lento onde a mobilidade da população é menor ou onde a distância entre as classes é maior.

A própria classe ociosa elaboraria os princípios por ela ditados às classes inferiores, sendo que as regras da respeitabilidade teriam de adaptar-se às circunstâncias econômicas, às tradições e ao grau da maturidade espiritual daquela classe, cujo esquema de vida pretendia regular.

Sobre a formação/aquisição e manutenção dos hábitos individuais, Veblen diz:

A gradação na facilidade com que se formam os diferentes hábitos em diversas pessoas, assim como na relutância em abandoná-los, indica que a formação de hábitos específicos não é simplesmente questão de sua duração. Tendência e características de temperamento, herdadas, valem tanto quanto o tempo de habituação para determinar quais os hábitos que virão a dominar um esquema de vida individual. E o tipo

prevalecente das tendências transmitidas ou, em outras palavras, o tipo de temperamento peculiar ao elemento étnico dominante de qualquer comunidade, terá muito o que dizer sobre o escopo e forma de expressão dos hábitos e da vida desta comunidade. Quanto podem as idiossincrasias transmitidas pesar na formação rápida e definitiva dos hábitos de um indivíduo, é ilustrado pela extrema facilidade com que às vezes se forma o hábito predominante do alcoolismo; ou pela igual facilidade e inevitabilidade de formação do hábito de observâncias devotas entre pessoas dotadas de tendências especiais nessa direção. Quase o mesmo sentido se prende àquela facilidade peculiar de adaptação a um estado (ambiente) humano específico, o chamado amor romântico (VEBLEN, 1974, p. 332).

Esclarece o autor que existem diferenças entre os homens no que toca à herança de determinadas tendências ou propensões. E os hábitos derivados de uma tendência específica mais acentuada exercem grande influência sobre o bem-estar individual. Daí a relutância das pessoas em desistir de qualquer artigo habitual de consumo conspícuo, pois que este constitui-se num hábito cuja aquisição é motivada pela competição (comparação individual).

A competição tem origem antiga e constitui-se numa tendência saliente da natureza humana. Esse elemento está presente na aquisição de artigos habituais de consumo conspícuo.

O comportamento dos seres humanos seria habitual, mas também intencional. Dessa forma, suas ações teriam como base um conjunto de hábitos e circunstâncias que lhes dariam significado ao mesmo tempo em que estariam voltadas para alguma mudança.

Segundo ele, o aumento da eficiência industrial possibilitaria, conforme a teoria econômica, a produção de meios de subsistência com menos esforço. Entretanto, para ele, a tendência dos trabalhadores seria a de gastar energia no sentido de produzir mais a fim de atender a demanda da comunidade e aumentar minimamente a própria possibilidade de gastos supérfluos em vez de afrouxar o ritmo para maior comodidade.

Para reforçar o seu ponto de vista a respeito do desenvolvimento tecnológico recorre a uma citação de Mill: “É ainda discutível se todas as invenções mecânicas, até agora feitas, tenham aliviado o labor diário de qualquer ser humano” (VEBLEN, 1974, p. 333).

Uma observação feita por Veblen que chamou nossa atenção e que não deve ser ignorada diz respeito à baixa cifra de natalidade, principalmente entre as classes dedicadas à carreira científica, como forma de manter ou alcançar um padrão de vida “decente”. Segundo o autor, por causa da suposta superioridade e exclusividade de seus dotes e talentos, tais classes eram tidas em escala social mais elevada do que o permitiriam as suas condições pecuniárias. As expectativas da comunidade e da própria classe em questão no que diz respeito a seus gastos supérfluos eram maiores do que as reais possibilidades. Como esses indivíduos estariam em constante contato com classes pecuniariamente superiores o padrão de decência pecuniária daqueles infiltrar-se-ia na classe desses cientistas que, conseqüentemente, gastariam a maior proporção dos seus meios com desperdício conspícuo. Em decorrência disso, sobrariam poucos recursos para gastos básicos de manutenção. A provisão de um padrão de vida para os filhos – adequado às expectativas – exigiria grande dispêndio pecuniário. Por isso a ausência ou redução no número de filhos observada nessa classe.

Já vimos que o autor dividia as modernas instituições econômicas em duas categorias distintas: a pecuniária e a industrial. Os empregos próprios da primeira teriam relação com a propriedade ou a aquisição e os da segunda estariam relacionados ao artesanato ou à produção.

Uma vez que, segundo ele, os interesses coletivos de tais comunidades se concentrariam na eficiência industrial, o indivíduo seria útil aos fins da comunidade sendo eficiente nos empregos “produtivos”. E a honestidade, a diligência, a calma, a boa vontade, a ausência de egoísmo entre outras qualidades e características, afirma, melhor

serviriam aos interesses coletivos. Entretanto, pouco serviriam ao interesse imediato do indivíduo num sistema movido pela competição. Tais traços se opunham aos inerentes à índole bárbara (relacionada a um estágio de desenvolvimento durante o qual teriam surgido as mencionadas instituições) e, segundo ele, teriam sobrevivido em grau mais elevado na natureza do homem pecuniário. Esse tipo de natureza humana que, a princípio, seria típico somente às classes mais altas seria assimilado pelas classes inferiores tanto pela imposição do esquema de decência pecuniária como pela extração dos seus meios de vida.

Com base no exposto defende o autor que não haveria grande diferença entre as classes inferiores ou superiores quanto ao temperamento, pois a instituição atuaria para baixar a eficiência industrial da comunidade e retardar a adaptação da natureza humana às exigências da vida industrial moderna, contribuindo favoravelmente para a conservação dos traços bárbaros tanto na classe ociosa como nas demais. Isso se daria por herança no interior da classe e pela disseminação em seu entorno e também pelo fortalecimento das tradições do regime arcaico.

Se mesmo nas ocupações industriais teriam sobrevivido o temperamento bárbaro e até nesses casos a eliminação seletiva dos traços pecuniários seria um processo incerto, conforme preconizava o autor, era coerente que julgasse remota a possibilidade de as relações humanas se tornarem mais solidárias, a sociedade mais justa e o mundo melhor.

Explica o autor que existe uma reversão à natureza humana normal da cultura bárbara primitiva (cultura predatória) durante a transição da infância para a adolescência e a maturidade.

O temperamento juvenil, segundo o autor, caracterizava-se em seu primeiro período por menor iniciativa e auto-afirmação agressiva, menor inclinação para o

isolamento e para os interesses do grupo doméstico; revelava igualmente maior sensibilidade à repreensão, maior timidez e a necessidade de contato humano amigável.

Veblen considerava como temperamento adulto o temperamento da média dos indivíduos adultos na vida industrial moderna e que seriam de alguma utilidade para os propósitos do processo coletivo de vida. O impulso para a luta pertenceria, antes, a um temperamento mais arcaico do que àquele da média dos adultos das classes industriais.

Dessa forma, via no “temperamento juvenil” masculino uma fase predatória, que não desaparecendo ao término da adolescência, tornaria imaturos os homens com tal temperamento – correspondente ao nível espiritual permanente dos homens de luta e esporte. Diferentes indivíduos conseguiriam maturidade e sobriedade em graus diferentes e os que ficassem abaixo da média não se adaptariam à necessidade de eficiência industrial mais alta e ficariam aquém da plenitude de vida na comunidade.

O autor chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento espiritual interrompido poderia ser evidenciado na participação direta dos adultos nas façanhas juvenis de ferocidade e, também, indiretamente no auxílio e instigação de tais distúrbios por parte das pessoas mais jovens. A consequência dessa falta de maturidade seria a formação de hábitos de ferocidade que poderiam persistir no futuro da geração em crescimento, retardando qualquer tendência para um temperamento efetivo mais pacífico de parte da comunidade.

As pessoas em posição de guiar o desenvolvimento de hábitos nos membros adolescentes da comunidade influenciariam diretamente na formação de hábitos, gostos e temperamento dos mesmos, de acordo com suas inclinações. Assim, se uma pessoa dotada de inclinação para façanha estivesse em posição de guiar o desenvolvimento de hábitos nos membros adolescentes da comunidade, sua influência conduziria à conservação e reversão à proeza.

Para ele, alguns homens teriam conservado, na vida adulta, as características que seriam normais na infância e juventude – e normais ou habituais, também, nas primitivas fases da cultura. Esse comportamento imaturo poderia ser observado nas manifestações de temperamento predatório que, nesse caso, seriam classificadas sobre o título de proezas.

As manifestações de temperamento predatório (proezas) seriam “em parte simples expressões irrefletidas de uma atitude de ferocidade emulativa, em parte atividades deliberadamente iniciadas no intuito de obter renome de proeza” (VEBLEN, 1974, p. 394).

Acredita o autor que o melhor exemplo desse tipo de atividade seria o esporte.

Esportes de toda espécie têm um mesmo caráter geral, inclusive o pugilismo, as touradas, o atletismo, o tiro ao alvo, a pesca, o iatismo e os jogos de habilidade, até mesmo quando o elemento da eficiência demolidora não é característica saliente. Mediante a habilidade, os esportes se transformam gradualmente, de uma base de combate hostil, em astúcia e chicana, sem que seja possível traçar-se uma linha divisória em qualquer ponto. A base da inclinação para o esporte é uma constituição espiritual arcaica – a posse de uma inclinação predatória emulativa em potência relativamente alta. Uma forte propensão para a proeza temerária e para infringir danos é especialmente pronunciada naqueles costumes de uso coloquial, especificamente denominados esportividade (VEBLEN, 1974, p. 394-395).

Nesse sentido, a inclinação dos homens para o esporte, seria a expressão de um temperamento juvenil, marca da interrupção no desenvolvimento da natureza moral do homem. Tal imaturidade dos homens esportivos poderia ser percebida ao se atentar para o vasto elemento do “faz-de-conta” presente em toda atividade esportiva.

O mesmo caráter do “faz-de-conta” comum aos jogos e às proezas para os quais habitualmente se inclinam as crianças, especialmente os meninos, entraria em diferentes proporções em todos os esportes. O “faz-de-conta” estaria presente na esportividade propriamente dita e nas competições atléticas em maior medida do que nos jogos de habilidade de índole mais sedentária, embora tal regra não se aplicasse com grande

uniformidade. Assim também, estariam presentes nos esportes atléticos discursos extravagantes, fanfarronadas e mistificação ostensiva, o que, segundo o autor, seria uma prova da natureza histriônica desse tipo de atividade.

Além dos impulsos de proeza e ferocidade, outras finalidades seriam atribuídas aos esportes. Os esportistas (caçadores e pescadores) seriam motivados pelo amor à natureza e o contato com ela, pela necessidade de recreação ou simplesmente por ser um dos passa-tempos favoritos.

O autor questiona esse “amor à natureza”: Quem ama a natureza aniquilaria os animais? No entendimento dele, os motivos citados estariam muitas vezes presentes, mas não seriam os principais; o fim mais perceptível seria o domínio e o aniquilamento. Mas a hipótese de que uma das finalidades fosse a de matar, colocaria o transgressor em descrédito e seria um agravo ao respeito próprio dele. Devido às convenções e as regras de boa educação recebidas como herança na classe ociosa, não lhes seria permitido, sem críticas, procurar contato com a natureza em outras condições que não por meio do esporte. Seriam eles (inclusive a caça e a pesca) possibilidades de atividades ao ar livre que, por se tratarem de atividades honoríficas legadas pela cultura predatória como forma mais alta de ócio cotidiano, receberiam plena sanção honorífica.

O esporte seria uma forma de exercitar a destreza e a ferocidade emulativa, bem como a característica astúcia da vida predatória, satisfazendo o instinto de artesanato, sem entrar em desacordo com as regras da dignidade que lhes aconselhariam o mesmo como a expressão de uma vida pecuniária imune à censura.

Os membros respeitáveis da sociedade que costumavam defender os jogos atléticos (como, por exemplo, o futebol), argumenta Veblen, encontrariam respaldo para tal postura no fundamento de que os jogos serviriam como instrumento valioso de desenvolvimento, pois não apenas melhorariam o físico do competidor, mas também,

promoveriam um espírito varonil tanto nos participantes quanto nos espectadores. O vigor físico adquirido na prática de jogos atléticos seria vantajoso tanto para o indivíduo como para a coletividade no tocante à utilidade econômica. Já as características que acompanhariam os esportes seriam vantajosas para o indivíduo em contraste com os interesses da coletividade, sendo útil à comunidade, apenas indiretamente, no seu tratamento hostil em face de outras comunidades.

Pelo senso popular haveria muita coisa admirável no tipo de virilidade promovido pela vida esportiva, como, por exemplo, a autoconfiança e a camaradagem. Seria, portanto, uma marca de masculinidade (de coragem, de força e de astúcia).

Conforme o exposto, os esportes satisfariam às exigências de substancial futilidade, visando, simultaneamente, a propósitos fictícios e seria atraente pelo fato de proporcionar campo para emulação. Entretanto, é principalmente em seus efeitos indiretos, mediante as regras da vida honorífica, que a instituição da classe ociosa influenciaria o sentimento prevalecente quanto à vida esportiva.

Ghiraldelli Jr. (1994) aponta para algumas constatações feitas por Veblen: 1) De acordo com o senso popular, o tipo de virilidade promovido pela vida esportiva seria admirável, mas que, de um diferente ponto de vista, tais qualidades poderiam ser classificadas de truculência e solidariedade de clã; 2) As características do homem predatório não seriam de modo algum obsoletas na generalidade das populações modernas, ao contrário, estariam presentes e poderiam ser provocadas com grande vigor a qualquer hora mediante o apelo aos sentimentos nos quais se exprimiriam. Em vários graus de potência e em diferentes indivíduos tais características ficariam disponíveis para a formação agressiva das ações e sentimentos humanos quando quer que um estímulo mais intenso que o costumeiro as chamasse à superfície e se afirmassem violentamente – caso nenhuma ocupação alheia à cultura predatória usurpasse a série

cotidiana do interesse e sentimentos do indivíduo. De acordo com a análise de Veblen, diz Ghiraldelli Jr., isso aconteceria na classe ociosa e em certas parcelas da população a ela subordinadas, o que explicaria a facilidade com a qual os recém-chegados à classe ociosa se entregavam aos esportes e, também, o rápido crescimento dos esportes e do espírito de esportividade em qualquer comunidade industrial onde houvesse a instituição da classe ociosa.

Conforme a leitura de Ghiraldelli Jr.(1994), Veblen afirmava que a inclinação pelos esportes atléticos, independente do modo de participação, seria uma característica da classe ociosa partilhada com os delinquentes da classe inferior e com aqueles elementos atávicos da massa da comunidade, também dotados de uma tendência predatória dominante. Nesse grupo se denotariam as sobrevivências modernas da proeza, cujas direções principais seriam a força e a fraude (já presentes no tempo bárbaro). A força e a fraude estariam presentes também nas guerras modernas, nas ocupações pecuniárias, nos esportes e jogos. Em todas essas atividades a estratégia tenderia a se desenvolver em esperteza ou chicana. O método de comportamento em qualquer forma de competição envolveria falsidade e intimidação.

Ghiraldelli Jr. (1994) também faz menção ao fato de que, segundo Veblen, a astúcia seria a primeira característica a ser assimilada pelos jovens junto ao profissional do esporte em qualquer escola de boa reputação. A astúcia, em alto grau, seria também um traço visível nos membros da classe delinquente inferior. Revelariam tanto o candidato a honras atléticas e os delinquentes o mesmo comportamento exibicionista.

Ghiraldelli Jr. (1994) reporta-se ao fato histórico ocorrido na Alemanha anos depois da publicação da Teoria da Classe Ociosa de Veblen, quando as organizações de juventude, que mais tarde alimentariam o nazismo, tinham como uma das diretrizes o cultivo ao esporte.

No mesmo texto, pontua algumas questões apontadas por Adorno, leitor de Veblen. Uma delas seria a caracterização do esporte como “pseudo-atividade”, como canalização de energias que em outras direções poderiam ser perigosas, como atividade sem sentido, condecoradas com enganosas insígnias de seriedade e importância. Explica Ghiraldelli Jr. que Adorno concorda com tal análise, porém, considera insuficiente a análise que Veblen faz acerca do esporte no sentido de que não seria próprio dele apenas o impulso para a violência, mas também o impulso para suportá-la.

Não podemos deixar de pensar na questão levantada por Ghiraldelli Jr., principalmente porque episódios bem mais recentes do que o citado por ele chegam a causar pânico. Referimo-nos aos grupos de jovens hostis, com físico atlético – geralmente esculpido em academias – que andaram aterrorizando os segmentos que representam “minorias” em nossa sociedade.

Teriam o mesmo comportamento exibicionista o atleta e o delinquente? Pode ser. Porém a prática esportiva pressupõe auto-disciplina, sociabilidade, e a possibilidade de canalizar aquelas energias que Veblen mencionou num tempo e espaço apropriado. Durante o “faz-de-conta” tornam-se possíveis uma variedade de interações sociais que podem ser mais benéficas do que prejudiciais aos indivíduos e à coletividade.

A partir da leitura de Veblen, Ghiraldelli Jr. (1994) convida-nos a imaginar que corpos corresponderiam a uma “estrutura espiritual arcaica” na modernidade: sua aparência, seus movimentos, enfim, sua expressão. Que impacto causaria tal figura ao observador? Parece-nos que o conjunto “repressão/liberdade/violência/autocontrole” bem serviria de “rótulo” para esses organismos, desde que em alguma atividade esportiva.

Percebemos que, além da descrição irônica do estilo de vida das classes ociosas, há, em a “Teoria da Classe Ociosa”, uma percepção de que os mesmos princípios

sempre estiveram presentes ao longo da história das sociedades, mudando apenas de forma. Com base nessa percepção, Veblen elabora sua teoria: o início da evolução humana teria sido marcado pela formação de instintos opostos, o predatório e o de trabalho eficaz. No decorrer do desenvolvimento das sociedades, arraigadas em tais instintos, teriam surgido as instituições. Desse modo, o autor caracteriza a sociedade de sua época como industrial-pecuniária, na qual estão presentes as instituições industriais – orientadas para eficiência da produção e para melhoria do bem estar material – e as instituições pecuniárias – derivadas do instinto predatório e construídas em torno das ideias de comparação odiosa e da isenção do trabalho útil.

A APLICABILIDADE DO PENSAMENTO VEBLENIANO EM ESTUDOS QUE ENVOLVEM CONSUMO, ESPORTE E LAZER

Quando tomamos o consumo como um fenômeno capaz de criar e estabelecer diferenças sociais, é impossível não recorrer a uma literatura de cunho antropológico.

Apesar de muitos dos leitores de Veblen, inclusive nós, pontuarmos em seu discurso a afirmação de que sua teoria seria um estudo econômico das instituições e não teria por objeto os primórdios da indolência nem o aparecimento de artigos úteis para o consumo individual, em toda sua obra Veblen faz questão de frisar a relação entre lazer e estratificação social e as inter-relações entre lazer e mudança social. Para ele, seria o lazer e não o trabalho que manifestaria e reforçaria as diferenças sociais. O ócio (o lazer para Veblen) que era considerado, do ponto de vista econômico, uma atividade, estaria estritamente ligado à vida de façanhas, porém como coisa distinta, pois não resultaria usualmente num produto material. Colocado dessa forma, em sua obra, o lazer não teria caráter compensatório, uma vez que a classe ociosa não desempenhava qualquer

“atividade produtiva”. Ao contrário, torna-se símbolo de força pecuniária, ou seja, as práticas de lazer seriam a prova de que a classe ociosa podia viver confortavelmente, consumindo à vontade, sem trabalhar.

Portanto, para Veblen, lazer e trabalho seriam esferas diferentes e desvinculadas na estrutura social. E isso já justificaria a convicção do acerto na escolha do referencial teórico, pois este entendimento não nos conduz por linhas opostas, apesar de não concordarmos de todo com ele quanto à definição de esportes e quanto aos efeitos da prática esportiva na sociedade. Parece-nos que ele não via nessa atividade nenhum aspecto positivo. Acreditamos que o esporte, além do que é, pode ser o que fazemos dele.

Ao estudar “Teoria da Classe Ociosa” encontramos muito mais do que esperávamos ou queríamos: dentre outras coisas, uma observação relatada pelo autor – a respeito da qual desconhecemos qualquer referência por parte daqueles que estudaram a obra, mas sobre a qual pensamos investigar por se tratar de algo que hoje pode ser observado em nossa sociedade. Referimo-nos ao comportamento da classe dos “cientistas”, daqueles que trabalham na produção do conhecimento, principalmente daquele, cuja posse garantiria uma certa autonomia em relação aos países considerados desenvolvidos.

Segundo a análise de Veblen, para corresponder às expectativas da comunidade, tal classe “precisava” adotar um padrão de vida não compatível a seus ganhos, de forma que faziam certos “ajustes” familiares – como, por exemplo, a redução ou ausência de filhos – a fim de poder manter um padrão aceitável à sua condição. Estaria ele sugerindo aos menos afortunados “um planejamento familiar” como possibilidade de mudança na ordem social? Seria um apelo, no sentido de que “quem sabe mais” encontra formas de “levar uma vida mais digna”? O que tem a ver especificamente este tipo de atividade

profissional com os hábitos de consumo e estes com a escolha de atividades de lazer? Sem dúvida, algo a ser investigado cientificamente.

Fica evidente que Veblen não sentia qualquer apreço pelo lazer. Era defensor do “progresso”, do “desenvolvimento social” por força do trabalho.

O seu sarcasmo revela-lhe, além da amargura e do olhar de reprovação ao modo de vida “predatório” adotado pela sociedade que ele analisava (a moderna sociedade industrial americana), a convicção de que a mesma estaria condenada ao modo de vida que “escolhera”. Isso porque o traço dominante na natureza humana não seria a solidariedade, mas sim o egoísmo. Logo, não haveria interesse por parte de cada indivíduo ou grupo em buscar o bem comum; buscariam, antes, formas de superar o outro em termos de riqueza a fim de satisfazer a sua necessidade individual de sentir-se superior e mostrar a todos tal superioridade.

Nesse sentido, as relações humanas estariam orientadas para a competição e não para a cooperação. A habilidade no uso da força, da fraude, da astúcia seria o instrumento que possibilitaria uma posição social “melhor” para o indivíduo, e, ainda que em nada contribuíssem para o bem da coletividade, os indivíduos “dotados” de tais instrumentos eram valorizados e reconhecidos pela mesma. Tais elementos também estariam presentes nas atividades esportivas.

O esporte seria uma “pseudo-atividade”, que canalizaria energias que, em outras direções, poderiam se tornar perigosas. O autor caracterizava-o como erupção da violência, da opressão e do espírito predatório. Mas se o espírito habitualmente belicoso era o traço preponderante na natureza humana, por que não encarar o esporte como algo “natural”, próprio do homem?

Argumenta Veblen que antes do instinto predatório, antes da propensão para a luta, para a competição, havia um instinto mais importante e mais antigo: o instinto de produzir.

Quanto à intenção do autor ao afirmar logo de início que não estava pensando em discutir nem “os primórdios da indolência”, nem “o aparecimento de artigos úteis para o consumo individual”, esta, a esta altura, pode ser questionada, a julgar pela importância dada a essas questões como fatores determinantes na diferenciação social e a força de expressão que tais temas ganham em seu texto.

Ao indicar o surgimento de uma classe ociosa, estaria indicando igualmente a origem do ócio. Afirma o autor, no decorrer do texto, que o termo ócio, na conotação que tinha no estudo, não implicava indolência ou quiescência. Significava simplesmente tempo gasto em atividade não-produtiva. Por que, então, teria feito menção à indolência, ao seu surgimento?

A imagem de sociedade ideal para Veblen teria que ter por base o trabalho. Assim, a satisfação do instinto de trabalho seria sinônimo de felicidade coletiva. Já o lazer não seria vivenciado em busca de satisfação, mas para causar impacto social.

Do mesmo modo, ao pontuar muito bem as causas e conseqüências do surgimento da propriedade privada, bem como os fatos de a classe ociosa poder obter propriedades e consumir além do necessário para a subsistência – sem contribuir “efetivamente” para a produção dos bens materiais a serem consumidos –, estaria pontuando, igualmente, que ambos (consumo e ócio conspícuos) seriam necessidades criadas pela própria classe denominada ociosa para definir e impor o seu papel na sociedade, as quais passariam a ser necessidades das demais classes, inclusive das inferiores, na medida de suas possibilidades.

O exagero na descrição de como se comportam os indivíduos quando se trata do consumo, é uma forma de deixar bem clara a sua posição a esse respeito: totalmente contrária ao consumismo. Tudo aquilo que não é absolutamente indispensável à subsistência, seria desperdício. Para ele a sociedade se comporta de maneira anti-econômica. Por isso, aponta para a irracionalidade da razão. Também isso seria pertinente nos dias de hoje.

Além disso, o autor não descreve apenas o estilo de vida da classe ociosa, mas dá uma visão “panorâmica” da sociedade, de como ela se comporta, da existência de diferentes estilos de vida e da valorização do tido como “superior” ou “ideal”. E todas as suas opiniões, esclarece, devem ser encaradas do ponto de vista econômico.

Os hábitos de consumo, inclusive o consumo de bens culturais seriam fatos econômicos, porém inerentes ao comportamento humano. Logo, a Economia, deveria considerar o indivíduo e suas preferências como produto social. Isso é perfeitamente aplicável na sociedade atual. E a psicologia social tem muito a contribuir nesse sentido.

Outra questão que não pode deixar de ser comentada é a que toca às tradições. “Por costume inabalável”, “por costume firmemente estabelecido ou pelo bom senso da comunidade”, “firmada a tradição, o senso comum da comunidade passava a aceitá-la como regra de conduta”, diz o autor, em diversas passagens de seu relato. Assim explica, por exemplo, as origens do preconceito que persistia em sua sociedade acerca de ocupações ligadas à produção. Segundo ele, a mudança de padrões e de pontos de vista acontecem de forma gradual e dificilmente eles são eliminados completamente.

Ainda hoje, quando falamos em cultura, uma das fontes de legitimidade é a tradição. Concordamos com Ortiz quando ele afirma que:

A mundialização da cultura redefine o significado da tradição. Temos agora dois entendimentos possíveis de um mesmo conceito. Tradição enquanto permanência do passado distante, de uma forma de organização social contraposta à modernização das sociedades. As culturas populares na América Latina (com as respectivas influências, negra e indígena), as práticas herdadas

da história oriental, no Japão, fazem parte dessa gama de manifestações que habitualmente rotulamos como sendo tradicionais. Elas apontam para um tipo de cultura social, que, mesmo fracionada pela transformação tecnológica, representa um mundo anterior à Revolução Industrial. Nelas, a segmentação social, demográfica e étnica é preponderante, e a presença do campo, das atividades rurais, é marcante. Comodamente os sociólogos chamam essas formações de “sociedades tradicionais”. Mas ao lado dessa compreensão, uma outra desponta. Tradição da modernidade, enquanto forma de estruturação da vida social, manifestada nos seus objetos eletrônicos, sua concepção célere no tempo, e de um espaço “desencaixado”. Moderna tradição que secreta inclusive uma memória internacional-popular, cujos elementos de sua composição estão prontos para ser reciclados a qualquer momento. Como as garrafas de Coca-cola, as orquestras da década de 40 (Glenn Miller), ou os pôsteres de Bogart ou Garbo, são citações igualmente “clássicas”. Passado que se mistura ao presente, determinando as maneiras de ser, as concepções de mundo. Cultura-identidade, referência para os comportamentos, enraizando os homens na sua mobilidade (ORTIZ, 2005, p. 212).

De acordo com a análise de Veblen, a conduta humana é motivada pelo conjunto de fatores racionais e habituais. O homem seria constituído, portanto, por três elementos interligados: instintos, hábitos e racionalidade. Essa proposição tem relevância como fundamento para pesquisas empíricas acerca de hábitos de consumo.

Por diversas vezes o autor faz referência aos hábitos de pensamento, aos processos mentais de substituição e abreviação, à internalização de valores. De fato, o estilo de vida de um indivíduo ou de um grupo pode revelar muito da sua personalidade.

Outra inferência que fizemos diz respeito à fase da adolescência. Pode ser que, hoje, seja um período durante o qual os indivíduos apresentam uma propensão maior à prática de atividades físicas, principalmente as coletivas. Há que se investigar, atentando-se ainda para variantes como o gênero e o estilo de vida. Além disso, é preciso considerar a mudança nos conceitos de “criança”, “adolescente” e “adulto”, pois estudos recentes têm demonstrado que o período de adolescência se expandiu, “roubando” parte da infância e adentrando a idade adulta: uma consequência do tipo de relações da atual sociedade de consumo.

Veblen entende que os hábitos de consumo seriam variados de acordo com o padrão de vida de cada indivíduo ou classe. O padrão de vida, por sua vez, dependeria

da renda. De acordo com Ortiz (2005), nos últimos anos, as agências publicitárias começaram a abrir mão das descrições demográficas, que agrupavam as pessoas segundo os níveis de renda, pois algumas pesquisas sobre o consumo de automóveis já apontavam para a existência de tipos diferenciados de atitudes em grupos de mesma renda, segundo determinados valores e opiniões. Além das variáveis tradicionais, os valores poderiam ser empregados como referência nas análises, como meio de obter maior precisão no diagnóstico da segmentação do mercado. “A demografia e a sociologia dariam lugar à Psicologia Social, disciplina mais eficaz para vincular os hábitos de consumo aos estilos de vida. Na sociedade de consumo, haveria um reagrupamento, considerando-se os estilos de vida” (ORTIZ, 2005, p. 205).

Veblen chamou a atenção para o “faz-de-conta” presente em todas as atividades esportivas, em maior ou menor grau, atribuindo-lhe um caráter pejorativo quando “vivenciado” ou incentivado por adultos (segundo ele, adultos imaturos, de “temperamento juvenil”. O “faz-de-conta” incluiria gírias e gestos censuráveis aos adultos.

Isso nos reporta a Elias e Dunning (1992), com quem concordamos e que, ao contrário de Veblen, vêem o lazer, incluindo o esporte neste mesmo campo, com mais simpatia: como um campo propício para um “controlado descontrole das emoções”, muito salutar e necessário.

Na atualidade, além dos limites da racionalidade instrumental e da importância dos hábitos, as contribuições veblenianas que nos parecem mais importantes dizem respeito às relações entre cultura e a racionalidade. Pesquisas nesse sentido permitirão o desvendamento das motivações dos agentes quanto à sua conduta como consumidores do esporte e do lazer, em todas as formas como se manifestam tais fenômenos em nossa sociedade.

Oliveira (2002) atribui à obra de Veblen duas qualidades: permanência, pela profundidade com que toca os dramas vividos no interior das relações sociais, sobrevivendo ao tempo e aos modismos; e revelação, pela capacidade de reservar surpresas a cada leitura.

Tem razão Oliveira. Nada podemos afirmar – sem o risco de errar quanto ao futuro – porém, é certo que hoje muito da análise e das proposições de Veblen podem ser consideradas pertinentes e encontram aplicabilidade, o que pretendemos comprovar empiricamente investigando as práticas de lazer e o consumo de bens culturais por parte de um grupo sobre o qual desconhecemos qualquer estudo e que pode ter muito a nos dizer em função dos papéis desempenhados por cada um dos seus membros e de todos simultaneamente.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. O Ataque de Veblen à Cultura. *In: _____*. **Crítica Cultural e Sociedade**. Trad. Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática, 1998.
- CARMO, G. C. M. **Do ócio de Veblen ao controle das emoções de Elias**: possíveis enfoques para uma interpretação do lazer. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.
- DYSON, F. **Mundos Imaginados**: Conferências Jerusalém - Harvard. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva/Sesc, 1979.
- ELIAS, N. ; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
- GEBARA, A. Veblen, Adorno e as Bicletas. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, LAZER E DANÇA*, 8. 2002. **Coletânea...** Ponta Grossa: Departamento de Educação Física, Departamento de História e Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, nov. 2002.
- GHIRALDELLI JR. P. **Esporte e Corpo, Modernidade e Barbárie**. São Paulo: UNESP, 1994.

MONASTÉRIO. L. M. Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”. **UNISINOS**, v. 3, n. 42, 2005, p.6.

OLIVEIRA, P. S. Veblen e a Sociologia do Lazer. **ENCONTRO NACIONAL DA HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA**, 3, 1995. **Coletânea...** UNICAMP, DEF/EFPR, DEF/UEPG, FEF, 1995.

_____. Veblen, o ócio como emblema social. *In*: BRUHNS, H. (Org.). **Lazer e Ciências Sociais, Diálogos pertinentes**. São Paulo: Chronos, 2002. (Coleção Lazer, Esporte e Sociedade).

ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

VEBLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa** – Um estudo econômico das instituições. Trad. Olívia Krähenbühl. São Paulo: Atica, 1974. (Os pensadores).

Endereço dos Autores:

Aline Barato Cheluchinhak
Rua Lindolfo Pessoa, 230, apto 501.
Seminário - 80240-330
Curitiba - PR
Endereço eletrônico: ali_barato@yahoo.com.br

Fernando Renato Cavichioli
Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas,
Departamento de Educação Física.
Rua Coração de Maria, 92
Jardim Botânico - 80270-315
Curitiba - PR
Endereço eletrônico: cavicca@ufpr.br